



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
ANO III · No. 27 · 1ª QUINZENA DE FEVEREIRO DE 1992 · Cr\$300

## MOVIMENTO CONTRA O DESEMPREGO E A CARESTIA

**Todos ao ato público de 21/02, sexta feira, às 18 horas,  
em Diadema (Praça Castello Branco, centro de Diadema)  
Veja matéria na pág. 09**

### **Abaixo o entendimento nacional !**

**Organizar a luta independente das  
massas contra a burguesia, seu  
governo e o imperialismo por:**

Salário mínimo real com escala móvel de salário  
Estabilidade no emprego e escala móvel de horas de  
trabalho (redução da jornada sem redução do salário)

Unir empregados e desempregados num movimento  
único contra as demissões

Contra as privatizações - defender o estatismo com  
controle operário

Não pagar a dívida externa e expulsar o imperialismo

Em defesa das ocupações de terra no campo e na cidade

Preparar a greve geral por tempo indeterminado

- organizar os comandos de luta por local de trabalho

**Por abaixo o governo pró-imperialista  
de Collor !**

**Por um Governo Operário e Camponês**

**25 de janeiro de  
1924**

**Aniversário  
da morte de  
Vladimir  
Lênin**



**Fundador do Estado  
Operário e  
organizador do  
partido marxista  
revolucionário**

**Veja matéria  
na pág. 02**

## A ESTRUTURA DO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO A ORGANIZAÇÃO CELULAR (2a. PARTE)

Afirmamos na 1a. parte (Massas nr.26) que os reformistas e oportunistas combatem a estrutura celular do partido "substituindo-a por núcleos amplos, disformes e de filiados sem compromisso programático, ou então por diretório. Esta organização frouxa corresponde aos objetivos eleitoralistas, típicos dos partidos burgueses. Assim vemos que a estrutura do partido corresponde ao conteúdo programático.

Ao contrário, o partido operário revolucionário é a mais avançada organização da classe operária. Nele, a militância deve alcançar a mais poderosa consciência revolucionária, sem a qual não poderá se constituir na direção da luta emancipadora das massas. A forma de organização celular (pequenos grupos de militantes) centralizada por comitês e por uma direção geral é a conquista mais avançada da experiência histórica internacional, que permite a elaboração coletiva do programa e a mais férrea disciplina militante. A construção de centenas de células enraizadas nas massas desde as fábricas, bairros, escolas, etc potencia a luta de classes e capacita o proletariado a se insurgir contra o poder burguês. O partido é uma rede celular solidamente centralizada em torno da estratégia revolucionária. A militância organizada em células no interior dos movimentos expressa o programa e constrói a

teoria revolucionária marxista (socialismo científico). Eis porque para se pertencer a uma célula, o militante deve concordar com o programa e princípios do marxismo. Guillermo Lora, construtor do POR na Bolívia, expõe assim: "A célula, que vive e se desenvolve no seio das massas, é um elemento ativo, na medida em que é parte da organização da vanguarda e que participa diretamente na evolução da consciência de classe, não se limita simplesmente a vincular a vanguarda com o grosso da classe, mas age sobre o conjunto do Partido, refletindo assim a atividade das massas. A célula incorpora o programa partidário à luta de classes e ao assimilar a experiência desta impulsiona o ajuste e o desenvolvimento das propostas programáticas". "A estrutura celular e o caráter centralizado do partido (centralismo democrático) correspondem aos objetivos estratégicos fixados no programa revolucionário e são insubstituíveis no trabalho voltado a ligar a vanguarda com o grosso das massas, de organizar a estas e de dirigí-las na luta pelo poder. A própria existência do partido revolucionário é inseparável da natureza do proletariado". Está aí uma das razões básicas dos reformistas combaterem a concepção marxista-leninista do partido e dos oportunistas deformarem sua essência organizativa.

## 68 anos da morte de Lenin

### Fundador do Estado Operário e organizador do partido revolucionário

Vladimir Illich Lênin morreu em 25 de janeiro de 1924. Foi o organizador do 1o. círculo mandsta e a partir de 1893 aparece como dirigente dos marxistas de São Petersburgo. Formou-se lutando contra o populismo e o terrorismo individual. Publicou em 1902 o "Que fazer?", onde expõe os fundamentos mandstas do partido revolucionário e desmascara o espontaneísmo. Lutou para pôr em pé um partido de revolucionários profissionais altamente centralizado e regido pelo centralismo democrático. Dirigiu a fração bolchevique contra os mencheviques, luta que em 1912 redundou na cisão formal. Em abril de 1917 formulou suas "Teses de Abril", que superaram a bandeira de "ditadura revolucionária democrática de operários e camponeses" e orientaram o partido para a ditadura do proletariado. Travou duras disputas sobre a estratégia para a tomada do poder com a direção partidária quando da proximidade da revolução. Juntamente com Trotsky, foi um dos principais líderes da insurreição de outubro de 1917. Lutou contra as primeiras manifestações de burocratização no partido e no Estado Operário. Foi o primeiro a assinalar o perigo da ditadura de Stálin sobre o partido ("Testamento"). Aplicou o marxismo à época do imperialismo, transformando a teoria marxista (ciência do proletariado) em prática revolucionária, ao construir o partido que dirigiu a primeira revolução proletária vitoriosa da humanidade.

Hoje, o marxismo e o leninismo se tornam mais vivos, na medida em que a burocracia estalinista e seus sustentáculos, os PCs, se desmoronam no mundo todo.

## A CRISE MINISTERIAL DE COLLOR Erguer a luta nacional para por abaixo o governo pro-imperialista !

O avanço da crise econômica, com o aprofundamento da recessão e a inflação a mais de 25% ao mês, e o início da implementação de pontos do acordo com o FMI, como o aumento de impostos, o tarifaço e a ampliação da lista das estatais a serem privatizadas, têm levado ao agravamento da crise política.

As divergências sobre como implementar as determinações do FMI, a questão da reforma fiscal (cujo peso maior ainda está por vir) que implica na falência dos estados e municípios, as negociações visando as eleições municipais (e, posteriormente, as presidenciais) e as disputas por rearranjos de forças no interior do Estado burguês tem aumentado a luta interburguesa, o que vai correndo ainda mais as bases de sustentação do governo Collor.

O governo, ainda que apoiado quase que exclusivamente no imperialismo e em alguns setores das oligarquias regionais, necessita criar um mínimo de sustentação política, principalmente no Congresso Nacional, tendo em vista a aprovação dos pontos do acordo firmado com o FMI na carta de intenções elaborada em dezembro.

É nesse sentido que Collor se dirigiu ao PSDB e principalmente ao PFL, que conta com 87 deputados, com a defesa do parlamentarismo e a reforma ministerial. Ao anunciar a inclusão da Embraer na lista de privatizações, em seu discurso Collor reconheceu que o governo não está sendo capaz de obter o apoio necessário do parlamento, e defendeu o parlamentarismo como sistema de governo mais adequado, principalmente em situações de crise. O engajo não surtiu muito efeito no PSDB, que logo a seguir disparou farpas contra Collor

através das declarações de José Richa.

Mas o PFL se dispõe a entrar em acordo com o governo, dentro dos moldes do "é dando que se recebe". Reivindicou a reforma ministerial e a entrega dos ministérios com os maiores orçamentos (Previdência e Ação Social). E a coisa não parou por aí. Collor criou para o PFL a Secretaria de Governo, entregue a Jorge Bornhausen, demitiu Alcení Guerra da Saúde e extinguiu o Ministério do Mercosul de Carlos Chiarelli. O ministério de Collor ficou recheado de ex-ministros de governos da ditadura militar.

A hegemonia alcançada pelo PFL no interior do governo dará a Collor uma bancada menos instável no Congresso, embora ainda minoritária. A reforma ministerial deve dar melhores condições a Collor de aprovar no Congresso o acordo firmado com o FMI.

Nada indica, porém, que a divisão interburguesa e a crise política se abrandarão. A aprovação e implementação do acordo com o FMI aprofundarão a recessão e a quebraadeira; a entrega de empresas como a Petrobrás, Embraer e CSN aumentará os conflitos entre os setores burgueses, alguns deles dependentes das estatais; a reforma fiscal afundará os estados e municípios. A crise do regime político deve aumentar.

A incapacidade da burguesia nacional perante o ataque do imperialismo reforça a necessidade de construir a Frente Antiimperialista que ponha fim à opressão nacional. A mesma só se construirá sob a direção do proletariado, que para fazê-la terá que se tornar classe consciente, ou seja, organizar seu Partido Operário Revolucionário.

## Collor amplia lista de privatizações a mando do imperialismo Abaixo a privatização da Petrobrás e da Embraer !

Cumprindo as exigências do FMI, Collor incluiu no seu Plano Nacional de Desestatização (PND) a EMBRAER, empresa estratégica para a soberania nacional (fábrica aviões para a Força Aérea e exporta para diversos países).

Esta privatização está se dando sem qualquer reação. Apesar da EMBRAER fornecer 70% da frota da FAB, o presidente do BNDES, Eduardo Modiano, vê como perspectiva animadora o aumento da participação do capital estrangeiro, graças às medidas de desregulamentação (Diário Popular - 15/01). O Sr. Eduardo Modiano é a claue da política entreguista e antinacional de Collor.

Na esteira da EMBRAER, serão também privatizadas a Cosipa, a Açominas, a CSN, o Lloyd Brasileiro e a RFFSA, entre outras.

De janeiro à março estão previstas a privatização dos ramos de defensivos agrícolas e de plásticos da Petrobrás (Indag - 23/01 e Petroflex 18/03). Desta forma, a Petrobrás está sendo lentamente desmontada para garantir sua fácil privatização final. Enquanto o Congresso debate o fim do monopólio e a privatização da petrobrás, o governo já está vendendo a empresa ao capital europeu, através dos eurobônus.

A cada lista de privatizações fica mais clara a condição de desmonte da economia e soberania nacionais imposta pelo FMI e cumprida à risca pelo governo Collor.

Como se vê, não há nenhuma possibilidade de enfrentar a entrega das estatais sem a ação direta dos trabalhadores para impor nas mesmas o controle operário. Enquanto as direções do movimento pressionam o Congresso, as ações da Petrobrás já estão passando às mãos do imperialismo.

Cabe colocar a defesa das estatais sob controle operário como parte das reivindicações da luta contra o governo, ligando-a às reivindicações salariais e por emprego. Só alcançaremos ambas derrotando o governo antinacional e antipopular, que encarna as pressões do imperialismo e aplica seus planos.

## ABAIXO O ENTENDIMENTO NACIONAL

As negociações entre a burocracia sindical, a FIESP, os partidos PT, PMDB, PSDB, PDT, etc em torno de elaborar o entendimento nacional, baseado num acordo que limita os efeitos da recessão e dá estabilidade ao regime político têm ocorrido quase que diariamente.

A direção da CUT (corrente Articulada) ao mesmo tempo em que afirmava em plenária da CUT Estadual que era preciso fazer um ato "classista", contra a recessão e contra Collor, reunia-se no dia seguinte, através de Meneghelli e companhia, com economistas e empresários do IEA da USP para debater saídas à crise econômica, que implicavam em desestatização, "democraticamente discutida", "demissões voluntárias", etc, ou seja, um leve retoque na atual política econômica do governo, ditada pelo FMI.

A Força Sindical, apesar de não ter participado da vigília de São Bernardo em 13 de dezembro, encontrou-se com o governador Fleury no último dia 21/01 para uma reunião na sede da FIESP. A chamada "alternativa paulista à recessão" será levada a Collor em fevereiro e deve se basear nos pontos do documento do Fórum Paulista de Desenvolvimento, que conta com a participação de Fleury, Erundina, FIESP, PNBE, etc. Nova reunião ocorreu dia

27/01 com a participação de todos, onde Mario Amato propôs uma trégua de 180 dias entre capital, trabalho e Estado. Seu conteúdo: a indústria não demitirá funcionários (depois de bater recordes de demissão em dezembro e janeiro), os trabalhadores não fariam greves e trabalhariam 2 horas a mais por dia, sem receber horas extras, e o governo não reajustaria tarifas.

Com sua proposta, Mario Amato deixa claro alguns dos principais objetivos do entendimento: conter a luta de classes, através de um compromisso com a burocracia sindical; limitar os efeitos de recessão, aprofundada pela implementação do acordo com o FMI, reivindicando do governo que limite as tarifas públicas, e dar estabilidade política a Collor e ao regime.

Com esse acordo, quem paga o custo da crise são só os assalariados. Embora se fale em muitos pontos de discussão, a verdade é que os mesmos partidos que negociam com a CUT são aqueles que já aprovaram no Congresso a primeira parte do aumento dos impostos, a entrega das estatais, a demissão dos funcionários públicos, a abertura da economia, etc. A FIESP fala em conter a recessão mas demite milhares todos os dias e mantém os salários arrojados. O governo Fleury destrói a educação e a saúde do Es-

tado, reprime as greves, despeja os sem-teto, etc. Esses já estão comprometidos até o pescoço, são cúmplices de Collor na aceitação das imposições do imperialismo. O que pretendem com o entendimento é impedir que os trabalhadores lutem por sua sobrevivência através de greves, ocupações, etc.

É preciso se opor radicalmente aos conchavos que tramam contra a vida das massas. Defender intrasigentemente a independência de classe. Isso quer dizer organizar os trabalhadores contra a burguesia e seu governo que nos oprime, utilizando o método da ação direta. Não se pode defender a independência de classe sem trabalhar para organizar e lutar pelo:

- salário mínimo real (350mil), com escala móvel de salário;
- estabilidade no emprego e escala móvel de horas de trabalho (divisão do trabalho entre os trabalhadores com redução de jornada sem redução de salário);
- contra a desestatização;
- pelo não pagamento da dívida externa;
- expulsão do imperialismo.

Da mesma forma, só se pode defender as reivindicações das massas se se lutar pela independência de classe, organizando as massas independentemente e contra a burguesia.

## COLLOR E O PARLAMENTARISMO

Durante o discurso na solenidade de inclusão da Embrar no plano de desestatização (privatização), Collor referiu-se ao parlamentarismo, defendendo-o como sistema de governo mais adequado. Reconheceu o isolamento e direcionou suas declarações ao Congresso. Destacou as vantagens do parlamentarismo em momentos de crise (como agora), onde supostamente haveria "solidariedade entre o chefe de governo e o Congresso, que o elege". Especificou que havia emendas que propunham antecipar o plebiscito sobre o sistema de governo sem se colocar contra a antecipação.

A aparente mudança de posição de Collor deve-se às dificuldades de aprovar no Congresso as medidas econômicas que viabilizem o acordo com o FMI, e o isolamento decorrente da crise política crescente. Collor foi mais além ao entregar os ministérios da Previdência e Ação Social e a secretaria de governo a parlamentares (deputados do PFL), e a cogitar no desmembramento do ministério da Previdência e do Trabalho, para onde seria chamado outro deputado, do PDS ou do PTB.

Os políticos burgueses apressaram-se em reafirmar o apoio ao parlamentarismo. José Richa, do PSDB, viu as declarações de Collor com desconfiança, já que foi Collor quem agiu contra a proposta de "parlamentarismo já" do PSDB no senado. Mas todos reconhecem a necessidade de criar bases de sustentação ao governo. Fleury propôs um parlamentarismo misto, onde o presidente ainda teria muita influência.

A reforma ministerial de Collor tem em comum com o parlamentarismo a tentativa de acomodar a chefia do Estado a uma base parlamentar. Collor tentou realizá-lo com o apoio do PSDB e de Brizola, mas não conseguiu. Agora negocia cargos e orçamentos com o PFL, segunda maior bancada na Câmara.

A provável falência dessa iniciativa, dada a divisão interburguesa e o caráter extremamente frágil da aliança, feita com um partido esfacelado entre diversas facções liberais, conservadoras, etc, levará a um momento ainda mais agudo de crise do regime. Daí a importância para o governo do entendimento nacional. Por isso, a reforma ministerial e a defesa do parlamentarismo são lançadas ligadas à "agenda para o consenso", proposta por Collor.

É preciso levantar a bandeira de "Por abaixo o governo pró-imperialista de Collor", baseada na defesa das reivindicações das massas que se opõem aos planos antinacionais e antipopulares de Collor, apontando para o método de ação direta e independente dos explorados, contra a burguesia e o imperialismo.

Para os trabalhadores, tanto presidencialismo quanto parlamentarismo são apenas duas formas de manter o governo burguês e a opressão de classe. Cabe lutar pelo governo operário e camponês, que será erguido através da insurreição das massas contra a opressão nacional, social e de classe.

## A BURGUESIA JOGA MAIS UMA VEZ COM AS ELEIÇÕES PARA ENGANAR AS MASSAS

As eleições municipais de 92 servirão para preparar terreno para as eleições presidenciais de 94. A importância dos municípios sempre tem sido ultralimitada, dada a centralização do poder do Estado no governo federal. Mesmo com a Constituição de 88, que aumentou a distribuição de recursos aos estados e municípios não se alterou muito o quadro. As prefeituras dependem dos estados e principalmente da União para sobreviverem economicamente.

Assim, para as forças burguesas, a importância das municipais reside no estabelecimento de alianças, acordos e rearranjos de forças no interior do Estado, visando as próximas eleições presidenciais. No Congresso, o ano eleitoral já tem pesado nas decisões como por exemplo na rolagem das dívidas dos Estados e na rejeição do reajuste da previdência.

Principalmente, as eleições serão utilizadas para conter a luta das massas. Neelas, a burguesia engana os trabalhadores apresentando o caminho do voto para resolver seus problemas. É previsível que as direções das organizações sindicais e populares voltarão todas as suas forças pela manutenção das prefeituras chamadas de 'progressistas' (e 'conquista' de outras). Anulando os sindicatos e entidades populares, colaborando com a burguesia na contenção das lutas e manutenção do arrocho.

Da parte do PT, este tem procurado estabelecer desde já alianças com PSDB e setores do PMDB, até para o 1o. turno das eleições. Em São Paulo, por exemplo, Erundina realizou uma reforma no secretariado, abrindo-o ao PSDB e procurando um co-governo com o mesmo. As dificuldades para o acordo residem mais em setores do PSDB, que almejam aumentar sua participação futura no governo municipal do que no PT.

A articulação do PT, PMDB, PSDB, PDT, etc prepara o caminho para a composição que se apresentará como alternativa à falência do governo Collor em 94. A base política da mesma é a conciliação de classe, o entendimento nacional.

A tarefa colocada para a vanguarda revolucionária é a de lutar intransigentemente contra a conciliação de classe e o engano eleitoral. Coloca-se a defesa do voto nulo (de denúncia e protesto) contra os partidos burgueses e o próprio PT, contra a conciliação de classe e em defesa das reivindicações das massas, que devem ser empunhadas na organização da greve geral por tempo indeterminado.

## COLLOR DESPEJA UM TARIFAÇO A MANDO DO FMI

O governo iniciou o ano reajustando as tarifas públicas e declarou que cumprirá o acordo com o FMI elevando as mesmas em 15% acima da inflação.

O FMI impôs essa como uma das condições para se chegar ao superávit no caixa da União em 92 e 93. As indústrias e o comércio repassarão o aumento das tarifas nos preços. Quem acaba pagando a conta são os assalariados, que pagarão duas vezes: com água, luz, telefones, etc mais caros diretamente, e em cada compra que fizerem, indiretamente.

O acordo do governo com o FMI serve para as-

segurar ao capital estrangeiro o pagamento de bilhões de dólares em juros da dívida externa.

O aprofundamento da miséria serve para manter o parasitismo do capital sobre a nação oprimida. O instrumento é o governo burguês submisso.

Sem luta contra a opressão nacional, sem luta antiimperialista a miséria crescerá, não importa sob que governo burguês. Por em pé uma Frente revolucionária Antiimperialista é a tarefa colocada, rumo à destruição do Estado burguês a construção do governo operário e camponês.

## AUMENTA A ESPECULAÇÃO FINANCEIRA NAS BOLSAS

Nas últimas semanas, as negociações na Bolsa de Valores têm quebrado recordes atrás de recordes. No último 23/01, a valorização foi de 11,2% no Rio, e em São Paulo registrou-se novo recorde no volume financeiro (Cr\$ 193,8 bilhões, 90% mais que no dia anterior). No mesmo dia, a Bolsa de Minas registrou alta de 33,74%.

As sucessivas altas explicam-se pelo aumento da especulação, causado pela enxurrada de dólares que entram no mercado com as privatizações de estatais, tendência que deve permanecer, dado o possível fechamento de acordo com o FMI, que estava na dependência do governo não pagar os 147% dos aposentados.

O aumento da especulação, com as possibilidades de altos ganhos em poucos dias, desestimula ainda mais os investimen-

tos na produção, o que favorece a recessão. Entretanto, mantém o valor do dólar estável, o que prejudica os exportadores diante de uma inflação de mais de 25% ao mês e, portanto, compromete as metas de saldos nas balanças comerciais do país. A saída para o governo é elevar o dólar comercial, o que estimulará a inflação.

O avanço das privatizações e a crescente abertura do mercado (diminuição progressiva dos impostos sobre produtos importados) aumentarão ainda mais as tendências à especulação financeira nas bolsas, e à redução da produção.

O governo vai cumprindo os compromissos com o FMI, e as massas são sacrificadas com o desemprego e o arrocho salarial, enquanto os capitalistas lucram como nunca na especulação financeira.

## O FMI IMPÕE O NÃO PAGAMENTO DOS 147%

A batalha judicial em torno dos 147% aos aposentados ainda continua. Collor justifica que não tem dinheiro em caixa para assumir esse compromisso e lançou um decreto adiando o pagamento para 1993.

Dinheiro existe. O próprio tribunal de Contas da União estimou o superávit de 4,2 trilhões no caixa da previdência, mesmo pagando os 147% aos aposentados e pensionistas. Porém, Collor cumpre o acordo com o FMI de não incluir "gastos extras" no orçamento de 1992.

A alegação de falta de verbas para pagar os 147% e o fechamento de vários hospitais fazem parte da política de Collor de sucatear os serviços

públicos, a mando do imperialismo, para depois privatizar.

Desta forma, Collor cumpre os objetivos do FMI, para que este aprove a carta de intenção e libere os 2 bilhões de dólares necessários à rolagem da dívida externa. Por isso, se volta contra o reajuste dos aposentados, contra a previdência estatal e não hesita em continuar matando de fome milhões de pessoas.

Sabemos que o FMI exigirá ainda mais do governo brasileiro e cada vez mais Collor será obrigado a desestatizar a economia nacional. Faz parte da política recolonizadora do imperialismo a destruição das empresas estatais, portanto a privatização de todos os serviços

públicos. A luta pelos 147% dos aposentados e pensionistas de todo o país se soma à defesa intransigente da previdência estatal, contra a política privatista de Collor e do imperialismo.

Aqueles que dizem defender o pagamento dos 147% sem defender a previdência estatal estão se submetendo à ofensiva imperialista que pretende acentuar ainda mais a condição semi-colonial do país. Contra os planos do FMI de aumentar a dependência e a opressão nacional, lutemos contra a privatização da previdência estatal e pelo fim de toda previdência privada. Em defesa de um sistema previdenciário único, estatal e gratuito, sob controle dos trabalhadores.

## A INTENÇÃO É PRIVATIZAR A PREVIDÊNCIA

Para acelerar o processo de privatização da previdência, Collor demite Magri do ministério do Trabalho e Previdência e escolhe Reinhold Stephanes (ex-ministro do Trabalho na época da ditadura militar de Geisel).

A função de Stephanes é demonstrar à opinião pública que a previdência estatal é inviável. Para isso, iniciou a campanha de que há 6 milhões de carnês de previdência em situação irregular; um milhão que foram fraudados; falta de controle sobre os pagamentos; que a Dataprev (empresa que processa os dados da previdência) não tem condições de apurar se uma pessoa recebeu o mesmo benefício mais de uma vez; que a previdência não tem condições de punir os milhares de culpados pelos roubos, etc.

Como proposta para eliminar as fraudes pode 120 dias, não para punir os ladrões da previdência, mas para

capacitar as pessoas, mudar os sistemas, criar mecanismos de controle e dois anos para acabar com 1 milhão de carnês fraudados. Essa é a prova mais evidente de que quer enrolar, pois já sabe na ponta da língua todos os que fraudam a previdência, porque vem de dentro dessa engrenagem. O que quer o ministro é mostrar que a previdência estatal é impossível de se manter, daí a necessidade de vendê-la (privatizá-la).

Nem Stephanes, nem Collor, nem os partidos burgueses resolverão o problema da corrupção, pois estão comprometidos até os ossos com as falcaturas. Por isso, não há que depositar nenhuma ilusão no governo, em seus ministros e no Congresso nacional. Há que organizar os tribunais populares, para que as massas trabalhadoras organizadas tomem em suas mãos a tarefa de punir os verdadeiros corruptos da previdência.

## OPOSIÇÃO BURGUESA CAPITULA

O PMDB, que se diz oposição ao governo no Congresso Nacional, se apóia no relatório do TCU para denunciar as fraudes, os déficits de alguns empresários com a previdência e reconhecer a falência da previdência por má administração.

O deputado federal Antonio Brito (PMDB-RS) propõe resolver os problemas com a informatização do sistema, criação de conselhos municipais de fiscalização e da figura do ouvidor-geral da previdência. O que foi aceito, prontamente, pelo ministro Stephanes.

Enquanto a bancada peemedebista rejeitava o aumento dos descontos previdenciários sobre os salários no Congresso, Fleury não hesitou em defender a privatização da previdência e a realocação de recursos com a transferência de outras áreas como do Fin-social e Ciacs. Para acatar as imposições do imperialismo e não se desgastar eleitoralmente aprovando mais descontos salariais, o PMDB impulsiona a privatização.

O que demonstra que todos estão juntos na defesa da venda da previdência. O que há são diferenças de graus, ou seja favoráveis a privatização parcial ou total.

Essa é a prova mais evidente da incapacidade da oposição burguesa em se opor à política pró-imperialista de Collor. Por não lutar contra o imperialismo, são obrigados a se agachar perante os mandos do capital estrangeiro.

## A POSIÇÃO DO PT: NÃO DEFENDE O ESTATISMO

O PT tem denunciado em um manifesto ("Invente, Tente") a proposta de Collor de aumentar a contribuição à previdência e a vergonhosa corrupção e fraude dessa instituição. Como proposta para superar a profunda crise do governo Collor, propõe uma nova política econômica, voltada para uma justa distribuição de renda. Ao mesmo tempo, defende a criação de um amplo movimento político, social e popular de oposição a Collor.

O que pretende o PT é substituir, através de eleições, o governo corrupto por outro. Para isso, defende a criação de um grande movimento junto com os partidos progressistas (PSDB, PDT, setores do PMDB, PCB, PCdoB, etc).

O que o PT esconde dos trabalhadores é que aprovou em seu I Congresso a privatização das estatais (desde que

haja discussão com a sociedade civil), não destacou a previdência como exceção. Não diz que seu parlamentar José Genoíno defendeu a formação de uma comissão tripartite de representantes do governo, empresários e trabalhadores para ver quais órgãos do governo têm recursos remanejeáveis.

Como um partido que defende a privatização, organiza o entendimento nacional, propõe governar junto com setores da burguesia, pode lutar contra a política pró-imperialista de Collor? Como propõe organizar a luta contra a privatização da previdência? Como denunciar e punir os corruptos que sonham a previdência?

O que quer o PT é subir à presidência para governar o estado capitalista. Não mais que isso.

## COLLOR AMEAÇA COM O "EMENDÃO"

Diante da rejeição pela Câmara de Deputados do projeto do governo que aumentava as contribuições da previdência, Collor retomou as propostas contidas no "Emendão" Acenou com o fim da aposentadoria por tempo de serviço, a criação de um sistema de previdência privada e o aumento de impostos diretos para financiar a seguridade social.

Ao conjunto dos trabalhadores, diante das ameaças de Collor e da brutal recessão que vem impondo, materializada no fechamento das fábricas, no desemprego massivo (são mais de 8 milhões de desempregados nesses dois últimos anos), só resta o caminho da luta.

A unidade dos trabalhadores da ativa com aposentados e pensionistas é a resposta das massas à política privatista do governo. Há que se construir os comitês de empregados, desempregados, aposentados e pensionistas nos bairros, fábricas, sindicatos, etc para organizar a luta, que deve ter o caráter nacional e as medidas de ação direta devem estar voltadas para paralisar o país, ocupar os lugares de trabalho, os órgãos previdenciários, etc. Somente assim poderemos obter vitórias, derrotando o governo e o imperialismo.

## A DIVISÃO INTERBURGUESA E A PREVIDÊNCIA

As decisões dos tribunais sobre os 147% refletiu o avanço da divisão interburguesa. Por todo o país, grande parte das decisões privou os aposentados dos 147%, mas em estados importantes como São Paulo e Rio de Janeiro os tribunais deram ganho de causa aos aposentados. O Tribunal de Contas da União avaliou que a Previdência pode pagar os aposentados e que ainda sobrarão muito dinheiro, e o governo diz que os cálculos estão errados. Tudo isso mostra a falta de unidade dos diversos setores da burguesia ao redor do Estado para cumprir com as determinações do governo federal. Este, diante desse quadro e da pressão do FMI (que chegou a adiar a aprovação da carta de intenções fechada com o governo em dezembro), partiu para a utilização de decreto adiando o pagamento dos 147% para 1993. Reforça-se o caráter ditatorial do governo Collor diante da divisão dos diversos setores da burguesia, que não podem enfrentar o imperialismo nem amenizar os efeitos da recessão, enquanto as eleições municipais se aproximam e ninguém quer assumir a responsabilidade sobre o arrocho sobre os aposentados ou o aumento da taxa sobre os salários.

O movimento dos aposentados ganhará força se se unir aos trabalhadores empregados e desempregados na luta contra o governo entreguista, contra a burguesia dividida e o imperialismo.

## 24/01 - DIA DE PROTESTO PARA OS APOSENTADOS

O dia dos aposentados (24/1) não foi comemorado com festas, mas com luta. Na Praça da Sé centenas de aposentados protestavam contra o governo Collor, que se nega a pagar os 147% com as correções.

No palanque os parlamentares, membros da federação, CGT, CUT, Força Sindical se revezavam no discurso inflamado. Porém, as propostas contra o governo corrupto não foram além do "Fora Collor" e eleições imediatas, ou seja, substituição do governo pela via eleitoral. A CUT, através do presidente regional SP, foi a defensora da bandeira "eleições já", com o argumento de que ninguém aguentará esse governo até 1984. O pelego Medeiros (Força Sindical) conclamou os aposentados para pressionar o Congresso Nacional. O PT, através do caudilho Lula, tentou mostrar que possui uma saída para a crise. Para o petista é necessário "uma nova política econômica que permita um crescimento econômico e uma justa distribuição de renda". O PT foi pregar o fim do mandato de Collor, sua substituição por um governo de coalizão (um governo com setores da burguesia) e um plano econômico de manutenção do sistema capitalista. Jocélio, sindicalista da área da saúde, pediu aos aposentados que fiquem atentos durante 45 dias para uma comissão criada no Congresso Nacional, que irá discutir um novo sistema previdenciário, onde o trabalhador possa controlar.

Todos estavam juntos: a burocracia direitista (Medeiros), os democratizantes da CUT, os estalinistas (PCdoB) e os social-democratas (PT), espalhando mais ilusões nas cabeças já brancas dos aposentados.

O PT foi mais fundo, pois apresentou a viabilidade de superar os graves problemas da previdência, dos baixos salários, da fome, miséria, etc, através de um plano econômico que visa a manutenção do regime de exploração.

As propostas de mobilização, de ocupação do INSS, de unificação concreta do movimento a nível nacional, de unidade entre empregados da ativa e aposentados, foram ditas como parte um discurso empolgado e demagógico, e não como o caminho da construção de um amplo movimento nacional para pôr abaixo o governo entreguista e corrupto.

Nenhuma solução virá do interior das instituições do Estado burguês submetido ao imperialismo, não importa com que governo. Os aposentados, para obter vitórias, terão que necessariamente partir para a ação direta, como fizeram os companheiros da Bahia e rechaçar o eleitoralismo e o democratismo presentes no movimento. Buscar a unidade com o movimento operário para incluir suas reivindicações na luta da maioria oprimida contra o governo e o imperialismo.

### Contra o ataque do governo aos aposentados e à Previdência estatal, a T POR defende:

- Pagamento imediato dos 147%, corrigidos !
- Salário Mínimo Real (350 mil em janeiro), com escala móvel para todos os aposentados, trabalhadores empregados e desempregados (seguro desemprego a cargo do Estado e dos patrões)
- Contra a privatização da Previdência Estatal!
- Fim de toda previdência privada!
- Por um sistema único e estatal de previdência sob controle dos trabalhadores!
- Pela incorporação dessas reivindicações nas lutas do movimento operário, pela unidade na luta contra o governo entreguista e o imperialismo!
- Por abaixo o governo Collor!
- Por um governo Operário e Camponês!

## A REFORMA AGRÁRIA DE COLLOR

O governo lançou no último dia 24/01 o seu Programa da Terra, formado por 15 medidas, que terá a duração de 3 anos, e pretende assitir a 400 mil famílias. O projeto prevê o assentamento de 50 mil famílias neste ano, em 750 mil hectares desapropriados em governo anteriores. Um grão de areia na praia é a imagem que representa 50 mil famílias no universo de milhões de famílias sem-terra no país.

O que está por trás da chamada "Reforma Agrária" de Collor? Nenhuma novidade: os latifúndios permanecerão intocados. Apenas 50 mil famílias serão assentadas em terras que já pertencem ao governo. O próprio ministro Cabreira reconhece que as outras 350 mil famílias do plano deverão esperar a "regulamentação pelo Congresso dos dispositivos da Constituição autorizando a desapropriação para fins de reforma agrária". Quer dizer que não serão assentadas.

O programa cria uma fonte de crédito especial, com juros de 4% ao ano e 50% de taxa referencial (TR), para os assentados. Mas condiciona o acesso ao crédito agrícola aos produtores em dia com o Imposto Territorial Rural (ITR), o que quer dizer que os pequenos agricultores arruinados estarão de fora, e os grandes plantadores terão crédito subsidiado pelo dinheiro público.

Firmou-se também um convênio entre o Incria e o Ministério do Exército, para execução de obras e serviços do Programa, mediante o serviço dos Batalhões de Engenharia. Assim o projeto estará sob a tutela das Forças Armadas. Como as áreas escolhidas são as de maior conflito entre sem-terra e latifundiários, o exército estará também a serviço da contenção das ocupações.

Chega também ao ridículo a afirmação do governo de que investirá Cr\$ 8 trilhões nesse projeto, quando não pode nem pagar os 147% aos aposentados, por imposição do acordo com o FMI.

O caminho para resolver a questão da terra no país passa pela conquista através das ocupações de terra com resistência e da unidade com o movimento operário para destruir o capitalismo que bloqueia o desenvolvimento da produção industrial e agrícola em um país que tem toda necessidade de crescer.

## PROSSEGUE A AMEAÇA DE DESPEJO DA JUTA

Na área da Juta, zona leste de São Paulo, divisa de Santo André, existem várias ocupações, algumas delas já com a posse definitiva da terra alcançada na Justiça. Mas a maioria delas vive a ameaça de despejo.

A Juta era uma área de plantação de verdura e legumes pertencente a um agricultor japonês, que não era o proprietário da terra, mas que lá se instalou na década de 60. Na década de 70, passaram a haver ocupações em várias áreas, das quais 6 estão com a posse assegurada judicialmente. O grileiro japonês pretende desocupar as terras a qualquer preço, como já o fez com 300 famílias em julho/91. A viúva do proprietário está disposta a negociar as terras e está em conflito judicial com o grileiro.

Existem 1200 famílias sob

ameaça de desocupação desde 8/01, quando foi decretado o "cumprase" da ordem de despejo. A dificuldade está na organização da resistência, que depende da reorganização do movimento sobre a base da democracia operária.

É preciso deixar de lado a organização formal (associação) onde não há revogabilidade de mandato, com participação reduzida, etc, e reforçar o trabalho pela construção de comissão de moradores, subordinada às assembléias gerais, com revogabilidade de mandato e um regimento classista, como o de Vila Socialista.

Cabe também aos sindicatos, associações e correntes políticas apoiarem o movimento para resistir à desocupação, chamando a unidade com o movimento operário.

## Libertados Presos Políticos no Sul

Foram libertados no último dia 17/01, os camponeses acusados de matar a golpes de foice um soldado da PM, num conflito entre os sem-terra de Bagé e policiais no centro de Porto Alegre em julho de 90.

Sem provas ou qualquer acusação formal, foram detidos 3 camponeses, em agosto de 90, que haviam participado do confronto. Esta prisão arbitrária e de caráter político dos líderes dos sem-terra, que foram mantidos incomunicáveis durante 90 dias, foi suspensa para que os mesmos possam aguardar o julgamento em liberdade, depois de 19 meses de prisão sem qualquer base legal.

Entrevistado pela TV Ban-

deirantes, um dos camponeses libertados respondeu, ao repórter que questionava sobre seus objetivos futuros, ao se encontrar em liberdade, que iria iniciar a organização de novas ocupações.

A prisão das lideranças tem por objetivo intimidar os movimentos de ocupação. A resposta que deve ser dada é justamente a intensificação dos movimentos contra as prisões políticas, pelas ocupações no campo e na cidade como forma de impor à burguesia, condições de sobrevivência das massas trabalhadoras. Se o capitalismo não é mais capaz nem mesmo de alimentar seus escravos, então que seja destruído.

## A volta dos migrantes para o Nordeste

Diante da recessão (que atinge duramente SP com o fechamento de fábricas e demissão em massa) os migrantes nordestinos estão retornando a região de origem. Os dados do censo do IBGE confirmam uma inversão no sentido das rotas migratórias no país.

Domingos Schanosky, coordenador do censo, disse: "São Paulo, uma calorosa mãe adotiva que antes recebia estrangeiros e migrantes de braços abertos e se alimentava do trabalho deles, transformou-se, na década de 80, numa madrasta perversa, que

expulsa os enteados de casa ao descobrir que não há comida nem utilidade para todos". O que quer dizer é que em São Paulo não há lugar para mais ninguém. Já são mais de 1,5 milhão de desempregados e 5 milhões de sem-teto.

A possibilidade de trabalho e melhores condições de vida na região nordeste serão tão duras quanto na região sudeste. No Nordeste há o agravante da seca e da falta de trabalho, que vem mutilando fisicamente, já há muitos anos, camadas inteiras do campesinato. O

sertão nordestino e o agreste estão sendo castigados pela falta de chuvas. Há regiões como a de Orós que não chove há mais de um ano, com isso, a pequena lavoura de milho, mandioca, feijão (fonte de subsistência) foi toda destruída. A fome se generalizou.

Por outro lado, não há trabalho. As grandes propriedades rurais mantêm um mínimo de trabalhadores permanentes, comprando a força de trabalho nos povoados, nas ocasiões em que a mesma se torna necessária. A grande maioria

perambula à procura de emprego e se sujeitando receber menos que o salário mínimo.

Se, no passado, São Paulo podia amenizar a fome dos nordestinos, hoje é obrigado a empurrá-los de volta para a miséria. Isso porque a crise econômica atinge o país como um todo. Por isso, a defesa da fonte de trabalho e do salário mínimo real deve fazer parte de um amplo movimento nacional contra a política de fome do governo pró-imperialista de Collor.



## Organizando o movimento contra o desemprego e a carestia

No dia 19/1 realizou-se a reunião do movimento contra o desemprego e a carestia. Contou com a presença de associações de bairros, das comissões de ocupantes da Vila Socialista, da fazenda Juta e militantes do movimento popular e sindical. Estiveram ausentes as direções sindicais, CUT e as correntes políticas de esquerda (embora houvessem confirmado as suas presenças).

A reunião foi dividida em duas partes: Inicialmente a exposição e debate sobre a situação nacional e em seguida a organização do movimento. Da situação nacional, os principais pontos foram: 1) A crise econômica atingiu todos os setores da economia nacional (fechamento de fábricas, desemprego, sucateamento da indústria, ociosidade, etc), portanto, a quebra brutal da força de trabalho mostra a queda da economia nacional. 2) Os capitalistas sequer conseguem manter a fonte de trabalho, pois liquidam fisicamente com camadas inteiras da sociedade. 3) Quem paga com a quebra é a classe operária, bem como as massas oprimidas em geral. 3) A política do governo Collor contribuiu para acelerar a crise, porque se com-

promete em pagar os credores externos e cumprir as exigências dos países imperialistas, ou seja desnacionalizar a economia (privatizar as empresas estatais, acabar com a reserva de mercadorias, etc). 4) Frente a miséria, o desemprego, o sucateamento da saúde e educação públicas, por que as massas não se levantam contra o governo? As direções sindicais têm bloqueado a ação grevista e isolado as lutas. Procuram alternativas dentro do regime de exploração, que está caindo de pobre. Apoiam-se em posições patronais, como por exemplo as "demissões voluntárias" e tratam o desemprego como particular desta ou daquela fábrica. O corporativismo predomina no momento em que a burguesia age de conjunto sobre as massas. Desta forma, o movimento operário carece de uma direção, capaz de unificar nacionalmente as lutas através da defesa da reivindicações mais sentidas dos trabalhadores (salário mínimo real, estabilidade, emprego a todos, etc).

Na segunda parte da reunião, foi feito um histórico de como está o movimento (os mutirões nos bairros, a coleta de assinaturas, etc), destacando

a importância da unidade da fábrica com o bairro, pois somente o operário organizado pode responder ao problema do desemprego e a carestia, porque é capaz de parar a produção. Em seguida, aprovou-se as seguintes propostas: 1) ato dia 21/2 em Diadema para denunciar a fome, desemprego e os baixos salários. 2) continuidade dos mutirões e reuniões no bairros nos dias 8 ou 9 de fevereiro, com objetivo de formar os comitês; 3) formação de uma coordenação do movimento para encaminhar as tarefas práticas; 4) ofício aos sindicatos, encabeçados pelas direções das associações, para cobrar a participação e recursos materiais (carro sem som, rodagem de materiais, etc). 5) reunião geral dia 16/2 para avaliar a convocação do ato do dia 21/1. 6) Participação no ato da CUT de forma organizada.

Por fim, foi feito um chamado a todos aqueles que se reivindicam do movimento operário para construir os comitês contra o desemprego e a carestia, nos bairros, sindicatos, escolas e fábricas, bem como trabalhar para levantar o movimento nacional para golpear a fundo esse governo.

## A municipalização dos transportes e a repressão aos ônibus clandestinos

A prefeita Luiza Erundina efetivou no último dia 18 a chamada "municipalização dos transportes". Pela proposta da prefeitura, as empresas passarão a ser remuneradas por quilômetro rodado, e não mais por passageiro. A arrecadação será feita para a prefeitura, que pagará as empresas particulares como se os ônibus andassem sempre cheios. A fiscalização será feita por 2 empresas somente, sendo que uma delas já foi amplamente denunciada nos jornais por ter cometido falcatruas. O que quer dizer que as empresas de ônibus poderão falsificar as planilhas e aumentar ainda mais seus lucros. Quem pagará a conta serão os usuários, através de passagens cada vez mais elevadas e de impostos municipais cada vez maiores.

Cabe defender a estatização de todo transporte coletivo, sob controle dos trabalhadores de transportes (motoristas e cobradores), através de suas organizações próprias (comissões de garagem, etc), eleitas em assembleias e com mandato revogável.

### Erundina ataca os clandestinos

Agora que as tarifas serão arrecadadas pela prefeitura, Erundina se voltou contra os ônibus clandestinos que lhe farão concorrência, alegando a "falta de segurança". Embora

a falta de segurança realmente exista, pois os veículos clandestinos são em geral adquiridos como sucata, nunca anteriormente a prefeitura questionou sua segurança, principalmente quando eram utilizados com sua autorização nas greves de motoristas e cobradores que o governo petista reprimiu. Como Erundina quer municipalizar todo o transporte até o final de seu mandato, não pode admitir a concorrência dos ônibus clandestinos, que já chegam a 2 mil na capital. Erundina exige a retirada dos clandestinos ou sua regulamentação em cooperativas, que futuramente também entrariam na municipalização. A multiplicação dos clandestinos denuncia a elevação das tarifas de ônibus em cerca de 100% acima da inflação no governo do PT. Essa elevação tornou possível que pessoas consigam, trabalhando com apenas um ônibus, viver bem melhor que com os salários miseráveis.

A prefeita, da mesma forma como faz com os marreteiros, insiste em ignorar que o desenvolvimento da economia informal em todos os setores é reflexo da profunda recessão imposta ao país pelo governo antinacional e antipopular de Collor. É o crescimento do desemprego que empurra cada vez mais gente para as barracas nas ruas (marreteiros), ônibus clandestinos (motoristas e cobradores), etc.

## Plenária na CUT Estadual critica o entendimento nacional

Realizou-se no dia 14/1 uma reunião na CUT estadual, com a presença de vários sindicalistas, CGT, correntes políticas (T.POR, CO, CS e PCdoB) e representante da administração petista de S.P.

A discussão girou em torno do caráter do ato do dia 25/1. A direção da CUT e o PCdoB defenderam a convocação de uma manifestação contra a política econômica de Collor, onde estivessem presentes todas as forças políticas, desde os partidos "progressistas" até setores do pequeno e médio capital.

Jorge Coelho, dirigente da CUT, informou que já estavam em negociações com o governo Fleury para obter recursos para a propaganda na TV. E com Erundina para conseguir os subsídios de infra-estrutura. Disse que se tratava de um ato dos trabalhadores onde a independência de classe estava salvaguardada, pois não convidaram a Fiesp (os patrões das grandes empresas) para fazerem parte.

A T.POR entrevistou mostrando a política eleitoreira e colaboracionista da direção da CUT. Defendeu a realização de um ato classista e rechaçou a presença dos patrões e do governo. Demonstrou que não é possível fazer uma mobilização com setores que estão aprovando a desestatização da economia, com Fleury que elaborou o plano de demissão em massa do funcionalismo, com Erundina que tem reprimido os movimentos dos sem-tetos e com os partidos progressistas que estão votando a privatização da previdência.

Ao mesmo tempo, se posicionou pela mobilização dos trabalhadores em cima do defesa do salário mínimo real com escala móvel, escala móvel das horas de trabalho, estabilidade a todos, reposição de todas as perdas, pagamento imediato de todos os direitos dos aposentados e contra a privatização das estatais. Colocou-se pela necessidade imediata da construção dos comitês de luta nos bairros, sindicatos, escolas, etc para unir a luta dos empregados com a dos desempregados. Por fim, ressaltou que para lutar consequentemente contra a política antinacional e antipopular de Collor é preciso construir a frente antiimperialista, ou seja um amplo movimento para expulsar o imperialismo do país. E que a luta para pôr abaixo o governo Collor só pode ter consequência se partir da mobilização com independência de classe, isto é, CONTRA a burguesia, em defesa das reivindicações mais sentidas das massas (salário e emprego), e antiimperialista.

As colocações de "Fora Collor, eleições gerais" ou "oposição a Collor" apontam as eleições como saída para a crise, e assim enganam as massas: qualquer governo eleito será ainda um governo burguês, que manterá a exploração de classe e submeterá a nação ao imperialismo.

## TELESP: REINICIAM-SE AS DEMISSÕES

Recomeçaram no mês de janeiro as demissões na empresa. Desta vez, nem os membros dos chamados "cargos de confiança" foram poupados. O que isso significa? Significa dizer que sequer aqueles que ajudaram a criar as chamadas "listas de dispensa" foram poupados pelo governo-patrão.

E sobre eles, além dos problemas elementares do desemprego, soma-se mais um: quem faz parte do chamado grupo de "cargos de confiança" quando são demitidos são ainda mais discriminados pelos patrões, porque ser demitido como chefe é o mesmo que receber um atestado de incompetência, significa dizer que são incapazes de assumir uma posição de liderança dentro da empresa, ainda mais numa estatal, onde a estrutura organizativa existente deve ser suficiente até para acobertar possíveis insuficiências administrativas.

Por que isso ocorre? Ocorre porque o Estado burguês para quebrar a unidade da classe trabalhadora, transforma essas lideranças em feitores de escravos, criando uma fantasia de superioridade ao trabalhador de base. Procura assim colocá-los do "lado da empresa", contra seus colegas subordinados.

Com a recessão colocada nos patamares em que se encontra, o Estado-patrão, não tem por que manter feitores se não tem escravos. E passa a demitir também esses funcionários que estavam "do seu lado".

É necessário, portanto, compreender que luta contra o desemprego e a recessão criada para atender as exigências de privatização do FMI, não é a luta individual dos trabalhadores de base, e que ninguém está seguro. Portanto, cabe chamar nesse momento, a luta unitária de todos os trabalhadores, demitidos e da ativa contra as medidas antinacionais e antipopulares do governo Collor. Fortalecer a oposição classista é um primeiro passo nesse sentido, pois da parte da direção pelega do sindicato não virá nenhuma proposta de ação unitária contra o desemprego.

## A ETCD É UMA EMPRESA DOS TRABALHADORES?

Em Diadema, a prefeitura do PT escreve em cada esquina que é uma prefeitura dos trabalhadores. A ETCD, empresa estatal formada há 5 anos é apresentada pelo PT como patrimônio dos trabalhadores. Na verdade, os funcionários não decidem as pequenas e grandes questões, nem controlam suas finanças, nem elogem seus presidentes, que são nomeados pelos prefeitos do PT, da mesma forma que fazem os prefeitos de outros partidos.

Com muito sacrifício, os motoristas e cobradores tentaram por 2 vezes organizar sua comissão de garagem. Os chefes e diretores atacaram-nas através da dispensa arbitrária (demissão). Nas mãos dos "administradores" indicados pela prefeitura petista, a ETCD tem sido sucateada. Para

reverter o quadro de destruição da estatal e para acabar com a corrupção e os desmandos, os trabalhadores da empresa devem tomar as seguintes medidas:

1. Organizar uma comissão de garagem baseada num programa classista que funciona com os métodos da democracia operária e lutar por sua aplicação;

2. Que os chefes e

diretores sejam eleitos pelos trabalhadores e seus mandatos sejam revogáveis, sendo os mesmos destituíveis pela assembléia geral caso não esteja cumprindo com seus compromissos;

3. Que todas as questões relativas a empregos, questões políticas, financeiras, etc estejam subordinadas às decisões da assembléia geral.

## FECHAMENTO DA PERDIGÃO

No último dia 02/01, os trabalhadores da Perdígão-Utinga, que retornavam de suas férias coletivas, encontraram a empresa vazia e suas demissões efetivadas. O sindicato propôs inicialmente um acampamento na porta da empresa, proposta que não encontrou apoio efetivo dos trabalhadores que começava a se desmobilizar. Quando o sindicato propôs a ocupação da fábrica, apenas cerca de 120 operários estavam presentes, e a ocupação acabou por se inviabilizar, ainda mais depois da falta de apoio da CUT. O sindicato ainda realizou uma campanha contra a empresa, através de adesivos com a frase: "Você levaria esta empresa para casa?", campanha que levou a polícia a invadir a sede do sindicato em Utinga, à procura do material.

A situação na Perdígão não é muito diferente das de outras empresas do país: queda de 15% da produção no ano passado, endividamento de cerca de US\$ 97 milhões, queda do faturamento real, redução de número de funcionários, etc. O crescimento das taxas de juros têm agravado a situação, dado o longo prazo para a produção (criação de suínos e aves, que demora meses). A empresa confessa que está vendendo a

unidade Utinga.

O sindicato, burocratizado pela corrente Causa Operária, mostrou não estar preparado para a situação. A falta de trabalho sistemático e enraizamento no interior das fábricas fez com que fossem pegos de surpresa pela empresa. Durante as férias coletivas, a Perdígão esvaziou os prédios, provavelmente vendendo as máquinas e não levando para Santa Catarina, como alegou.

Como desconhecia o que se passava, o sindicato não organizou antecipadamente a resistência. Sem o preparo necessário, não foi possível a luta. A proposta de ocupação, feita após o esvaziamento do movimento (pela proposta de acampamento "à moda Vicentinho"), foi condicionada ao apoio da CUT. Com a negativa da Central, o sindicato conseguiu mais uma desculpa para não realizá-lo: além do esvaziamento do movimento, a falta de recursos materiais e apoio da CUT. São desculpas de quem não é capaz de ver na organização sistemática nas fábricas, na democracia operária e na conscientização dos trabalhadores o caminho para enfrentar os ataques do capitalismo.

## TRABALHADORES DA CALFAT VOLTAM DE FÉRIAS E ENCONTRAM EMPRESA VAZIA

Ao voltarem ao trabalho no dia 07/01, os funcionários da Calfat tiveram uma surpresa. Jorge Calfat, proprietário da empresa depois de tê-los feito trabalhar em ritmo acelerado durante todo o mês de dezembro, alegando necessidade de entregar os pedidos antes do início das férias coletivas (31/12/91), simplesmente desapareceu com quase todas as máquinas da indústria. As poucas máquinas que permaneceram na fábrica foram reivindicadas, através de ação judicial pelo sindicato como garantia.

Segundo Eunice Cabral, do sindicato da categoria, cerca de 30 empresas do setor já tentaram essa manobra durante o ano de 91, mas como o sindicato já havia recebido denúncias foi possível impedir que ocorresse.

Segundo cálculos feitos pela advogada do sindicato, Maria Aparecida Genebra, o empresário deve cerca de Cr\$ 89 milhões em rescisões contratuais.

As costureiras iniciaram uma vigília na porta da casa do empresário que desapareceu, para exigir o pagamento de seus direitos trabalhistas. A polícia foi chamada para dispersar a vigília e exigir que o carro de som fosse desligado, mesmo assim a vigília continuou.

Entretanto, para surpresa das costureiras foi decretada a falência do empresário e o síndico da massa falida requereu as máquinas em poder do sindicato para arrolar entre os bens do empresário para leilão.

Essa é a prova de que não é utilizando a justiça burguesa que os operários terão garantia de emprego. Calfat é o exemplo de que os trabalhadores terão de se organizar para defender com seus próprios métodos de luta seus empregos e condições de vida.

## CONSTRUÇÃO CIVIL DE DIADEMA: PREFEITURA PETISTA ENRIQUECE EMPREITEIRAS E EXPLORA OS TRABALHADORES.

A situação dos trabalhadores da construção civil de Diadema está insuportável. Os salários são mais baixos que de outras categorias e estão tão desvalorizados, que quando vem o aumento parece que menos se ganha, pois o poder de compra não é recuperado em vista da inflação que o corrompe.

Para os trabalhadores de empreiteiras contratadas pela prefeitura petista essa situação miserável não é diferente. A prefeitura não só contrata as empreiteiras como arca com tudo, desde ferramentas, máquinas, até o pagamento dos serviços, cabendo as empreiteiras apenas contratar funcionários e pagá-los com minguados salários. Na Novo Espaço, por exemplo, o salário de um servente é de pouco mais que o mínimo, Cr\$ 120 mil, e

tirando os descontos, que são vários, o valor líquido é quase nada. Os funcionários sabem que no dia do pagamento pouco têm a receber, além de trabalhar duro, pesado e muito. O mais escandaloso é que essas empreiteiras que lucram aos tubos às custas da exploração sobre os trabalhadores e às custas da prefeitura são dirigidas por funcionários da própria administração municipal.

O sindicato, por sua vez, além de não fazer nada no sentido de organizar a categoria para lutar contra essa exploração, fecha péssimos acordos com as empreiteiras nas costas dos trabalhadores, tiram-lhes 10% dos salários como recompensa por esse serviço (na forma de taxa assistencial, contribuição sindical, etc.). Não dá para continuar permitindo tanta maracutaia entre a

prefeitura, empreiteiras e sindicato.

É preciso organizar os grupos de obras para discutir os problemas enfrentados, começar a campanha de lutas contra a exploração, exigir do sindicato que chame assembléias para que a categoria unificada possa lutar pelo:

- SALÁRIO MÍNIMO DO DIEESE (360 MIL), COM ESCALA MÓVEL (REAJUSTE AUTOMÁTICO DE ACORDO COM A INFLAÇÃO REAL);
- REPOSIÇÃO DE TODAS AS PERDAS SALARIAIS;
- ESTABILIDADE NO EMPREGO;
- ESCALA MÓVEL DE HORAS DE TRABALHO (REDUÇÃO DA JORNADA SEM REDUÇÃO DE SALÁRIO PARA QUE TODOS TENHAM EMPREGO).

## Os livros escolares sobem 62% acima da inflação

Estudar é um luxo para a grande maioria da população. Os preços dos livros escolares subiram acima da inflação. Para um aluno de primeiro grau comprar 5 livros (português, matemática, história, geografia, ciências) precisa de 100 mil cruzeiros, isto é, mais que o salário mínimo vigente. Além dos livros, necessita de cadernos, canetas, folhas, etc. e se a escola exigir uniformes (como é o caso das escolas da prefeitura) o custo triplica, pois uma calça e blusa de moletom estão por volta de 45 mil cruzeiros. O alto custo dos materiais escolares contribuirá para que milhares de crianças sejam marginalizadas da educação.

Numa situação de recessão, com falta de empregos, com os salários archoados, a alternativa para os filhos de trabalhadores é o abandono dos estudos. O número de crianças em idade escolar que estarão fora das escolas tende a subir violentamente, isso se traduz em mais analfabetismo para um país que já possui 30 milhões de analfabetos.

O governo através da política neoliberal tem sucateado a educação com claro propósito de privatizá-la. A corrupção na compra e entrega dos livros escolares é frequente. Um exemplo é o levantamento em 181 escolas que receberam menos livros do que apontavam as notas fiscais. Outro foi o desvio de 1,7 mil toneladas de livros para serem transformados em papel. A corrupção, favorecimentos, atrasos, etc são formas utilizadas pelo governo para sucatear a educação pública. Cada vez mais, a educação será privilégio de uma camada seleta da sociedade. O ensino discriminatório é parte da sociedade capitalista dividida em classes sociais. Por isso, a defesa do ensino público, totalmente gratuito (até em relação aos materiais escolares) deve ser a reivindicação elementar do conjunto dos assalariados. O direito à escola a todos, necessariamente coloca a necessidade de destruir o regime que marginaliza milhões de pessoas da educação, como também do trabalho, do salário decente, da saúde, etc.

## A classe média foge dos aumentos de mensalidades

O alto preço das mensalidades das escolas privadas tem empurrado os filhos da classe média para as escolas públicas. Segundo o presidente da Associação Intermunicipal de Alunos o número de alunos que vai para rede pública deve passar de 450 mil. A rede privada com um total de 2,5 milhões de alunos vem, nesses dois últimos anos, aumentando a evasão. Por isso, muitas escolas estão oferecendo descontos para não perder os alunos. Mas, mesmo assim, há colégios como o Rocha Marmo (Vila Mariana) que possuía 600 alunos e só conseguiu efetivar matrículas de menos de 100.

A crise econômica é a responsável pela saída dos filhos da classe média das escolas particulares. A pequena burguesia vem cortando os gastos com a educação, porque está sendo, também, golpeada pelo arrocho salarial, as altas taxas, etc.

Nesse ano, parte significativa da classe média colocou seus filhos na rede pública. Foram procurar as escolas tradicionais (como Caetano de Campos), na perspectiva de ainda de buscar "a qualidade de ensino". Os pais sabem que a grande maioria das escolas públicas está destruída, pois não há professores, porque os salários são muito baixos, os prédios estão sucateados e, por isso, têm a ilusão nas escolas tradicionais.

De nada valerá esta corrida para as escolas tradicionais, porque o ensino está falido. Os professores são iguais em toda rede, os salários são baixíssimos, são obrigados a possuir mais de um emprego, não podem se reciclar, o que se ensina nada tem a ver com a realidade, etc.

Não resta outra alternativa para esse contingente da classe média senão a defesa de um único sistema escolar, isto é, o ensino público, gratuito, autônomo e financiado pelo Estado. Para isso, há que se integrar ao movimento pela extinção de toda rede privada de ensino (responsável direto pela destruição da escola pública). A separação entre rede privada e pública é a manutenção da educação discriminatória, elemento de sustentação do regime de exploração.

## AS FALSIFICAÇÕES DE CAUSA OPERÁRIA (CONTINUAÇÃO)

Demonstramos anteriormente (Massas 26) que Causa Operária distorceu completamente os resultados do I Congresso do PT em relação à questão do socialismo. A segunda falsificação diz respeito à resolução sobre as tendências internas. Eis a afirmação: "a questão das tendências, que prometia, segundo colocações do próprio Lula, a dissolução de todas as tendências, terminou em uma resolução de compromisso que, mesmo sendo mais prescritiva do que a atual, não chega a ser uma verdadeira definição sobre a questão" (CO No. 156). Ao mesmo tempo CO reconhece: "A nova resolução, no entanto, proíbe definitivamente as relações internacionais dos agrupamentos, uma medida reacionária que merece ênfase especial no texto aprovado".

O argumento de que a nova resolução não permite ter jornais públicos, mas sim boletins internos, não às sedes próprias, mas sim a escritórios é a base para CO considerar que se repete as formulações anteriores de cerceamento ao direito de tendência. A realidade é bem outra. O bloco de esquerda, liderado pela Convergência Socialista, fez de tudo para que se mantivesse a velha resolução. Entretanto, venceu a formulação da ala da Articulação, aliada à DS, de suprimir o direito das tendências terem seus jornais, sedes e finanças e qualquer vínculo internacional.

De forma alguma um boletim interno corresponde ao jornal. E os escritórios são a forma de não se cercear os parlamentares. A proibição terminante de se ter filiação internacional, por si só, inviabiliza as correntes que se reivindicam do trotskismo. É claro que serão fechados os olhos para a vinculação da DS com a corrente de Mandel. O essencial é que a nova Resolução cerca de vez as correntes rebeldes.

Se o I Congresso não aprovou a dissolução imediata das tendências, como pretendiam Lula e Genoíno, prepararam o terreno para a expulsão, definindo mais precisamente as condições para permanência ou sejam, a da dissolução. Por algum tempo, poderão burlar a Resolução. A CS já declarou que não pode acatá-la (e não nos esqueçamos que acatam a velha resolução, como o próprio Causa Operária). Como então dizer que o I Congresso terminou "em uma resolução de compromisso"? Se ela é "mais prescritiva", então não manteve as condições anteriores. O que há que dizer é que a Resolução aprovada se constituiu no ataque mais decisivo contra as Tendências que pretendiam permanecer no PT, como a Convergência Socialista.

Causa Operária teria toda razão se dissesse que a primeira Resolução já era suficientemente prescritiva para inviabilizar a presença dos revolucionários, porque exigia o reconhecimento do PT como "partido socialista estratégico". Mas a esta conclusão não poderia chegar, pois admitiu acatar tal condição. Em nenhum momento de sua luta para permanecer no PT atacou o conteúdo do PT como partido socialista estratégico. Agora embeleza a ofensiva reacionária da Articulação, considerando que houve solução de compromisso. E olhem que Causa Operária foi expulsa do PT!

## EUA: AGRAVAMENTO DA CRISE ECONÔMICA

Segundo dados da própria imprensa burguesa, a profunda crise econômica que abala a metrópole ianque está prestes a sair da recessão e entrar numa depressão.

Os dados são estarecedores: um alto déficit comercial de US\$ 101,72 bilhões, onde só com o Japão é de US\$ 41,1 bilhões; a falência da indústria automobilística, onde só a GM, FORD e CHRYSLER tiveram no ano passado US\$ 6 bilhões de prejuízo; um grande deslocamento do capital financeiro, onde 9 entre os dez maiores bancos do mundo são japoneses; um aumento acelerado do desemprego, a elevação da taxa do desemprego de 6,9% em novembro para 7,1% em dezembro, significando 8,9 milhões de desempregados e com tendência a aumentar, pois só a GM pretende fechar 21 fábricas, eliminando 74.000 empregos.

O agravamento da crise econômica tem contribuído para evoluir a crise política do governo Bush: segundo o New York Times, dois terços dos americanos desaprovam a política do governo, caindo a sua popularidade de 51% para 48% em menos de um mês.

Mergulhado na crise política e às vésperas das eleições presidenciais Bush é obrigado a pressionar o Japão a fazer algumas concessões comerciais, visando reduzir o crônico déficit comercial e abrir o mercado japonês para os produtos americanos, propondo que o Japão elevasse em 300% as importações de carros e

aumentasse as compras de auto-peças pelas montadoras japonesas.

Tal proposta objetivava dar um respiro mínimo na economia americana, pois Bush não tinha a menor ilusão de obter acordos mais significativos com o Japão como a liquidação do protecionismo dos mercados e das barreiras alfandegárias, dado o impasse, desde 86, em torno das negociações do GATT, que impediram que o mercado europeu pudesse servir para escoar a produção americana, principalmente a agrícola.

Para evitar um colapso do regime capitalista que se desagrega a nível mundial é que o Japão vê-se obrigado novamente a retrair parte de sua economia e ceder parcialmente aos apelos do governo americano, exigindo de suas 5 maiores montadoras Toyota, Mitsubishi, Mazda, Nissan e Honda que abram suas redes de distribuição para os carros norte-americanos e prometendo ampliar as importações de veículos e auto-peças em até US\$ 10,2 bilhões em dois anos. O Japão cedeu em parte porque deseja explorar a Sibéria rica em petróleo o que dependerá das futuras negociações.

Os Estados Unidos, que se apresentam como o líder das metrópoles imperialistas, que derrotou Saddam e que contribuiu decisivamente no processo de restauração capitalista do Leste Europeu e da Rússia, não é capaz de resolver a sua própria crise. Este é o exemplo mais claro do esgotamento do regime capitalista.

## ARGÉLIA

### Os "democratas" dão golpe contra a ascensão islâmica

O Alto Conselho de Segurança da Argélia, presidido pelo chefe do Conselho Constitucional, cancelou no último dia 12/01, o segundo turno das eleições parlamentares, que estava previsto para 16/01. A decisão foi tomada no dia seguinte à renúncia do presidente argelino, Chadli Benjedid.

O golpe foi amparado na legislação do país, que prevê que quando o presidente renuncia, devem-se convocar eleições em 45 dias, a serem convocadas pelo Conselho de Segurança, que assume "temporariamente" o poder. O exército encabeçou o movimento, que teve por objetivo impedir a vitória do partido islâmico que pretendia transformar o país numa "república islâmica" nos moldes do Irã.

A Argélia é uma ex-colônia francesa. Conquistou sua independência através de uma guerra civil em 1962, quando a Frente de Libertação Nacional (FLN) ligada ao estalinismo soviético assumiu o poder e instaurou uma ditadura burocrática. Com a quebra do estalinismo, que começou a recuar no final da década de 80, também iniciou-se a quebra do regime da FLN. Sob pressão de manifestações de massa e do imperialismo, sem apoio de Moscou, o governo da FLN permitiu o multipartidarismo e convocou eleições. Também nesse país o imperialismo pretendia restaurar sua dominação através do Estado democratizado nos moldes burgueses, com eleições, pluripartidarismo, etc. O que nem burocratas, nem imperialismo esperavam é que o islamismo lhes pas-

sasse a perna. Por isso, os países europeus e os EUA aceitam e julgam uma saída "menos ruim" o golpe da FLN. Os EUA chegaram a enviar 12 caças M-16 ao Marrocos, país vizinho da Argélia para evitar que houvesse avanço do islamismo. Já os ultraconservadores da Frente Islâmica de Salvação (FIS) invocam a democracia contra o golpe.

No último dia 14 os golpistas anunciaram a formação de um Conselho de Estado para governar o país. Reúne o líder opositor ao ex-presidente e "herói" de guerra da independência, o nacionalista Mohamed Bondiaf, o ministro da defesa, dos direitos humanos, o presidente de Organização dos Veteranos da Guerra da Independência e o diretor da Mesquita de Paris. O mandato do Conselho vai até dezembro de 93.

Como se vê pretende-se um governo de coalizão entre membros do antigo regime, nacionalistas e setores do Islam. Algo parecido com o que ocorreu na Europa do Leste. Só que ao invés de votos, utilizou-se dos tanques. O objetivo é o mesmo: preservar o regime político desgastado, ampliar sua base de sustentação, caminhar rumo à reformas pró-capitalistas. A falência do estalinismo mundial, abre caminho para o avanço do islamismo e da restauração capitalista.

Também no norte da África se coloca a construção do partido revolucionário, que levante as massas para derrubar a burocracia traidora e acabar com a opressão política, cultural e nacional.

Bolívia:

## Mineiros se levantam contra as privatizações e governo recorre ao estado de sítio

Contrariando a tradição de que na época do Natal e Ano Novo as massas se entregam às festividades e deixam de lutar, o mês de dezembro e o início de janeiro foram marcados na Bolívia por mobilizações radicais e violenta crise política. Em diversos locais do país, os mineiros (juntamente com suas famílias) iniciaram ocupações, marchas e greves para impedir a entrega das minas a empresas multinacionais (privatização). Embora a burocracia da Federação dos Mineiros tenha fechado um acordo que traiu a luta dos mineiros aceitando o desconto dos dias parados e deixando de lado a questão da privatização, embora a Federação tenha fechado um pré-acordo com o governo para uma trégua até depois das festas, os grevistas de La Paz e Caracollo rechaçaram o mesmo e se pronunciaram a favor de prosseguir a greve.

De maneira brutal, através da utilização de armas de fogo contra a greve de fome, o governo pretendeu impedir que se massificasse o movimento e se transformasse em outras formas de resistência à política entreguista e antinacional. Seu fracasso o levou ao ponto do estado de sítio.

### A questão da direção do movimento

Já há algum tempo as massas vêm se chocando frontalmente com a burocracia sindical. Uma das principais deficiências do atual conflito está na ausência de uma comitê de greve nacional, que atue como direção com prestígio e autoridade por cima da burocracia da Federação. O pior inimigo que tem o conflito mineiro é a burocracia sindical que agora atua em bloco com o governo.

Os últimos acontecimentos demonstram que as bases coincidem, quase que de maneira natural, com as posições radicais do POR. Pode-se concluir que vivemos uma etapa da radicalização da luta sindical. Isto é bastante sugestivo, ainda que não suponha que o trotsquismo tenha se convertido na direção física das organizações sindicais e populares.

Para que a política revolucionária possa se materializar na luta de classes é necessário estruturar uma direção revolucionária provada na luta. Sem isto, não haverá o repúdio ao parlamentarismo e ao legalismo, e a ação insurrecional pela derrubada do governo burguês. É preciso trabalhar para que os que lutam para derrotar a política privatizadora e para conquistar o salário mínimo real compreendam que essas bandeiras só serão vitoriosas com a derrota da política econômica liberal do governo, imposta

pelo imperialismo. Derrotar essa política significa derrotar o próprio governo. Esta luta é política por sua própria natureza, o apoliticismo no campo sindical e nas mobilizações atuais serve à classe dominante, ao imperialismo e ao governo de ambos.

### A tendência da situação

No futuro imediato se colocam duas perspectivas: o estrangulamento da greve por seu isolamento ou sua fusão com outros movimentos mais amplos. A segunda variante colocaria o governo em posição de extrema debilidade. Se os burocratas agem hoje como freio encontrando cada vez mais repúdio das bases, com o avanço da mobilização a tendência é a de desagregação e derrocada da burocracia, o que tiraria do governo seu principal aliado para conter as lutas das massas. No horizonte avança a possibilidade de que se desencadeie a mobilização ao redor da luta por melhores salários, que se junta com a batalha contra os planos privatizadores se converterá em arremetida fatal ao governo.

Isso demonstra que a luta contra a privatização expõe o fundamental da política governamental, sua razão de ser (a política econômica liberal, sua submissão ao imperialismo, para que possa continuar sobrevivendo graças as esmolas que lhe dá o imperialismo). Dessa maneira, coloca-se em jogo não só a existência desse governo, mas do próprio Estado burguês. Não se está combatendo tal ou qual aspecto da política governamental, mas toda ela. O imperialismo impõe a economia liberal de mercado, a privatização das empresas públicas, o anti-estatismo, e é isto o que rechaçam as massas, os operários, os camponeses, etc.

A situação na Bolívia tem encontrado o boicote da imprensa, que se cala diante da situação revolucionária no país vizinho. Cabe divulgar o que está acontecendo, solidarizar-se com os trabalhadores bolivianos, protestar contra a repressão e defender suas reivindicações e seus métodos de luta. Em termos práticos, cabe travar aqui a luta contra as privatizações e a entrega nacional e organizar nacionalmente a luta pelas reivindicações de salário e emprego, transformando-as num movimento único contra a burguesia e o imperialismo.

(extraído com citações de "La Colmena" editada por Guillermo Lora em dezembro/91 e janeiro/92)

Traduzimos abaixo algumas posições do POR na atual situação que se passa na Bolívia:

## **BOLÍVIA: CONTRA O ESTADO DE SÍTIO - GREVE GERAL POR TEMPO INDETERMINADO; BLOQUEIO DE ESTRADAS; PARALISAÇÃO TOTAL DO PAÍS - ESTRUTURAR O COMITÊ DE GREVE NACIONAL**

O profundo descontentamento das bases obriga o governo a tomar o caminho da repressão, está sem apoio popular, sua tática de diálogo-persuasão fracassou. Agora deve impôr à força suas medidas antinacionais, pressionado pelos imperialistas. Está obrigado a mostrar sua verdadeira face fascista.

A situação de opressão dos explorados na luta também pesa sobre os dirigentes cobistas: ou se radicalizam e marcham com as bases ou aparecerão claramente como traidores. Se não queremos ser enganados outra vez, devemos tirar de dentro de nós a formação de um COMITÊ DE GREVE NACIONAL, capaz de garantir a vitória na batalha.

Os dirigentes cobistas podem ser detidos ou confinados. Isto não deve mudar o objetivo central da luta: esmagar o governo e sua política econômica liberal.

O Comitê da Greve deve preparar-se para funcionar de modo clandestino.

Destruamos o capitalismo para destruir definitivamente o perigo fascista.

**- CONTRA A MILITARIZAÇÃO:  
BLOQUEIO DE ESTRADAS!  
COMANDOS ARMADOS DE  
AUTODEFESA!**

Os imperialistas deram um mês de prazo para que se erradique os 7 mil hectares de coca. Este governo cumpre fielmente as instruções do senhor e os militares têm precisamente essa missão: arrancar a plantação de coca com a metralhadora assassina. Os batalhões encarregados desta suja missão serão comandados pelos próprios imperialistas.

Não deixemos que as plantações de coca morram. É nosso direito cultivá-la e comercializá-la livremente. O problema da coca é um problema de todos, nacional, e não unicamente setorial e dos plantadores de coca. Por ele o bloqueio de estrada deve implementar-se em todo o país, em unidade com os mineiros e demais explorados das cidades. Só assim poderemos vencer a metralhadora assassina.

**QUE VIVA A PLANTAÇÃO DE COCA!  
QUE OS IMPERIALISTAS SUPEREM SEUS VÍCIOS  
COM SEUS PRÓPRIOS RECURSOS E FORA DE  
NOSSO PAÍS!**

**SOLDADO, SUBOFICIAL,  
SARGENTO, JOVEM OFICIAL:  
NÃO DISPARE CONTRA SEU PAI,  
SEUS IRMÃOS!**

As forças armadas são também vítimas da política pró-imperialista e privatizadora do governo MIR-ADN. Este ano serão relocados milhares de operários, mineiros, professores, empregados públicos e também suboficiais, sargentos, pessoal de serviço, músicos, que conformam sua ampla base social.

O exército de desempregados que passa dos 500 mil seguirá aumentando e isto prejudica a todos, pois os salários baixam mais e mais. Chegou o momento de unir nossas forças. Seu fuzil deve ser dirigido contra os exploradores e verdugos do povo, contra os serventes do imperialismo e não contra os operários e camponeses.

**Abaixo o massacre branco contra a base social das  
FFAAI**

**Viva a unidade de operários, camponeses e soldados!**

**- ORGANIZEMOS OS COMANDOS  
DE AUTO-DEFESA!**

Defendamos nossos centros de trabalho organizando em cada fábrica, empresa, serviço estatal, os comandos de autodefesa para expulsar a empresa privada que pretenda comprar estatais; e rechaçar os fura-greves incrustados em nossas filiações. Nosso objetivo é vencer e para ele todos os sindicatos estão obrigados a formar os piquetes com os elementos jovens e mais combativos.

**- CONTRA O AUMENTO DA  
GASOLINA E A PRIVATIZAÇÃO:  
PREPARAR A GREVE GERAL COM  
BLOQUEIO DE ESTRADAS E  
OCUPAÇÃO DOS CENTROS DE  
TRABALHO.**

O governo por temer a fúria popular, tem retrocedido em seus propósitos iniciais e limitou a alta dos combustíveis

a 13%. A classe dominante e seus servos (O padre Pérez Iribarne, por exemplo) tratam de nos convencer de que este golpe é "leve" e que nós, os famintos, devemos nos sentir felizes.

A verdade é outra: o impacto do aumento da gasolina ronda nossa já extremada miséria. Os salários vão perdendo mais e mais seu poder aquisitivo. O desemprego e pavoroso. O aumento da gasolina é só uma parte de toda uma política global: tirar-nos dinheiro de todos os lados através de impostos, incremento do IVA, erradicação da coca, etc.

Aos explorados só resta um caminho: lutar nas ruas unificando nossas forças com os mineiros, camponeses, estudantes, comitês cívicos, professores e universitários. Articulemos um grande movimento nacional para:

**DEFENDER AS EMPRESAS ESTATAIS E OS  
RECURSOS NATURAIS.**

**NÃO A PRIVATIZAÇÃO!**

**SALÁRIO QUE ATENDA A NECESSIDADE FAMILIAR;  
TRABALHO OU SEGURO DESEMPREGO PARA OS  
DESEMPREGADOS;**

**DEFESA DAS PLANTAÇÕES DE COCA: NÃO A  
MILITARIZAÇÃO!**

**DEFESA DA EDUCAÇÃO FISCAL E DA SAÚDE;  
NÃO A ELEVAÇÃO DE IMPOSTOS!**

**- PODE-SE APROFUNDAR A  
ATUAL MOBILIZAÇÃO?**

A burocracia sindical cobista considera que a mobilização atual chegou a seu ponto culminante e que não poderá ir mais além. Os fatos estariam demonstrando que os trabalhadores não desejam lutar e portanto o que cabe é preparar a retirada nas melhores condições possíveis e negociar com o governo a melhor maneira de implementar a privatização. Em síntese: aceitar a trégua proposta pelo governo e fazer acordo com ele.

Do que se trata na verdade é de afinar a tática que permita aprofundar a mobilização nacional incorporando a outros setores como os camponeses, estudantes, desempregados, comitês cívicos, etc, elaborando com clareza suas próprias reivindicações. Só assim poderemos garantir a greve geral por tempo indeterminado, com bloqueios de vagões e a ocupação das minas e centros de trabalho. Por este caminho se afirma a perspectiva de derrubar o governo e sua política liberal e se avança para a saída insurrecional. Esta perspectiva é a que assusta aos dirigentes cobistas-conciliadores.

**- COMITÊ DE GREVE NACIONAL  
PARA EVITAR A TRAIÇÃO**

É conhecida a trajetória conciliadora dos dirigentes cobistas. A mobilização atual em suas mãos corre o risco de ser negociada.

A traição deve ser evitada formando um Comitê de Greve Nacional, onde estejam dirigentes que expressem os interesses das bases, decididos a levar o movimento à vitória.

O Comitê de greve nacional não despreza a COB como entidade matriz dos trabalhadores, tampouco é divisionista. Simplesmente, trata-se de um organismo transitório para potencializar a mobilização. Controla e executa as resoluções dos ampliados.

(Extraídos dos jornais Massas boliviano nrs.1273/1274, de 02 e 09 de janeiro de 92)

## ATOS CONTRA YELTSIN EM TODA A EX-URSS

As medidas de restauração do capitalismo na ex-URSS, como a liberação de todos os preços por exemplo, tem aumentado o descontentamento em relação ao governo de Yeltsin e aos governos das demais repúblicas da CEI.

No Usbequistão, por exemplo, uma multidão de 8 mil estudantes realizou no último dia 16/01 uma marcha de protesto contra os aumentos de preços, que se dirigia à casa do presidente Islam Karimov quando foi reprimida violentamente pela polícia com tiros, que mataram pelo menos 2 estudantes. A prisão de vários líderes do movimento levou 10 estudantes a entrarem em greve de fome no dia seguinte.

Na Rússia, no último 12/01, mais de 10 mil pessoas participaram sob uma forte tempestade de neve, de um protesto contra Yeltsin, acusando-o de ter destruído a União Soviética e seu Exército e provocando aumento dos preços, escassez de alimentos e fome. O movimento teve a participação de comunistas e movimentos "independentes".

No Tadjiquistão houve um ato de 3 mil pessoas para exigir a dissolução do parlamento, controlado por estalinistas ortodoxos.

Aos poucos, as massas vão se levantando, seja contra a ala "conservadora" ou contra a ala "reformista" do estalinismo. As medidas de reconstituição do capitalismo na ex-URSS chocam-se necessariamente com as condições de vida das massas. Estas, instintivamente, reagem contra os burocratas que põem o país no rumo do capitalismo.

Falta a direção revolucionária, a construção do partido operário revolucionário, seção da IV Internacional, para que as ações das massas que se levantam contra a burocracia se tornem conscientes, capacitando-se a derrubar a casta parasitária e a reconstruir o Governo Operário e Camponês, baseado na democracia operária e no controle da economia pelas massas.

## A DESINTEGRAÇÃO DA IUGOSLÁVIA

A falência do estalinismo, em desagregação crescente, após dividir a ex-URSS em república dominadas pela burocracia moscovita na chamada CEI, agora leva a Iugoslávia, que está em guerra civil há meses, ao mesmo destino. Os países europeus já reconhecem a independência da Croácia, Eslovênia, Bósnia-Herzegovina e Macedônia.

O reconhecimento do separatismo não deve conseguir pôr fim à guerra. Na Iugoslávia, como na ex-URSS, existe uma relação de opressão nacional de um Estado sobre outros, neste caso a Sérvia. A crise econômica e a desagregação do aparato estalinista levou a explodir nas armas as contradições resultantes da relação de opressão. As reformas pró-capitalistas não conseguiram atenuar a situação, antes a agravaram.

A Sérvia só conseguirá manter a relação de opressão sobre as duas repúblicas reestruturando o Estado nos moldes da CEI, através de uma brutal submissão sobre as massas. Terá que se apoiar no imperialismo e na aceleração das reformas pró-capitalistas. Em outras palavras, terá que traçar uma ofensiva abertamente contrarrevolucionária repressiva, etc. O que não afastará a possibilidade de novos e mais agudos conflitos.

A eliminação da opressão nacional só poderá vir com a destruição da burocracia e reconstrução do poder das massas organizadas (ditadura proletária). A adesão ao Estado Operário só pode vir espontaneamente, produto da assimilação da superioridade econômica e social do mesmo. O marxismo é avesso a qualquer tipo de opressão nacional. Assim, o fim da guerra civil na Iugoslávia só virá com a derrubada da burocracia através da revolução política encabeçada pelo partido revolucionário.

### GEÓRGIA

## A LUTA INTERBUROCRÁTICA DIVIDE O PAÍS

No último dia 06/01, tropas rebeldes ligadas aos setores "reformistas" da burocracia soviética, conseguiram expulsar o presidente da Geórgia, Zviad Gamsakhurdia, que havia sido eleito em maio passado com 87% dos votos, derrotando o candidato ligado a Moscou. O golpe foi dado com o apoio explícito do Partido Democrático Nacional, que integra o Conselho que governa o país depois do golpe, apoiado principalmente na Guarda Nacional georgiana.

As acusações dos "democratas", ligados a Yeltsin, a Gamsakhurdia era de que havia se tornado em ditador, por isso precisava ser derrubado. Mas foi a junta golpista quem impôs no dia 16/01 estado de emergência no país e toque de recolher nas cidades Kutaisi e Santredia, e enviou 400 mil soldados à mesmas, para impedir que a volta

de Gamsakhurdia ao país pudesse levantar as cidades da região próxima a Zugdidi (onde o ex-presidente conta com maior apoio) contra os golpistas. A oeste da Geórgia, a região de Megrélia já discute a possibilidade de formação de um governo autônomo, dirigido por Gamsakhurdia.

No último dia 17/01, 6 mil partidários do presidente deposto se reuniram em frente à TV georgiana para protestar contra a junta militar. A manifestação foi dispensada com tiros para o alto, disparados pela Guarda Nacional.

A luta entre os 2 setores da burocracia pelo poder vai se intensificando. Os conflitos excluem a população, que quando se manifesta é reprimida. A vitória de qualquer uma das variantes burocráticas manterá a

repressão e implementará medidas pró-capitalistas. O vencedor das eleições democráticas revelou-se um ditador, e os auto-denominados "democratas" deram o golpe e reprimem as massas.

O futuro da Geórgia depende da destruição da burocracia pelas massas. Sem o partido revolucionário, estão desarmadas politicamente para enfrentar a burocracia em desagregação, e abre-se o caminho para a restauração capitalista. A defesa das condições de vida e da auto-determinação deve estar ligada à tarefa de derrubada da burocracia e defesa da economia socializada. A organização do partido sob a estratégia da revolução e ditadura proletária (revolução política nos Estados Operários Degenerados) é imprescindível.